



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO ESPECIAL Nº 1867941 - RJ (2020/0068477-6)

RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
RECORRENTE : MUNICIPIO DE NITEROI
PROCURADOR : EDUARDO SOBRAL TAVARES E OUTRO(S) - RJ169715
RECORRIDO : SYLVIO DA SILVA SOARES JUNIOR
ADVOGADO : ANDRÉ LUIZ DA ROCHA MARQUES CID MAIA - RJ052000

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. IPTU. POSSIBILIDADE DE LANÇAMENTO COMPLEMENTAR DENTRO DO PRAZO DECADENCIAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF. ALTERAÇÃO DA SITUAÇÃO DO IMÓVEL. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no art. 105, inciso III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, assim ementado (fl. 342):

Direito Tributário. Ação anulatória de lançamento complementar de IPTU. Sentença de procedência. Recurso do Município improvido. Recursos especial e extraordinário. Determinação de retorno dos autos a este órgão julgador para reexame da matéria. Temas 116 e 387 do Superior Tribunal de Justiça. Caso concreto que apresenta situação fática distinta daquelas que originaram as teses firmadas nos precedentes, o que afasta a hipótese de retratação prevista no artigo 1.030, II do Código de Processo Civil. Lote de terreno considerado não-edificante pela autoridade fazendária desde 1996. Deflagração de processo administrativo no ano de 2013, a fim de dirimir dúvidas quanto ao lançamento, concluindo-se pelo cancelamento da isenção concedida anteriormente. Ausência de comprovação de notificação do contribuinte acerca da decisão administrativa então tomada. Fato que, por si só, torna nulo o lançamento complementar efetuado. Hipótese em que, entretanto, ainda se constatou nulidade por falta de subsunção à condição prevista no artigo 149, VIII do Código Tributário Nacional, porque a revisão do lançamento não se embasou em apreciação de fato não conhecido por ocasião do lançamento anterior. Muito pelo contrário, constatou-se que a Fazenda Pública já tinha conhecimento da alteração da situação do imóvel de não-edificante para edificante desde 2008, ocasião em que o próprio Município concedeu autorização para realização de obras no local. Manutenção do acórdão impugnado, impondo a remessa dos autos a 32 Vice-Presidência para análise dos requisitos de admissibilidade dos recursos interpostos.

Embargos de declaração rejeitados.

Nas razões do recurso especial, o recorrente alega violação dos artigos 142, 145, III, 149, VIII, e 173 do CTN, sob os argumentos de que: (a) é possível a revisão de ofício de lançamento tributário enquanto não extinto o prazo decadencial de 5 (cinco) anos; (b) "não há dúvidas, portanto, quanto à legalidade da conduta da administração municipal de, tomando conhecimento acerca de uma nova circunstância fática que esvazia o benefício até então concedido ao apelado, retificar o lançamento efetuado, adequando-o a nova realidade. Ao contrário, ilegalidade ocorreria se assim não fizesse, haja vista a ausência de justificativa efetiva para a permanência de um tratamento desigual a um contribuinte de IPTU em situação semelhante a qualquer outro" (fl. 256); e (c) é desnecessária a instauração de qualquer procedimento administrativo prévio ao

lançamento, original ou complementar, do IPTU, sob pena de inviabilização da atuação da Administração Tributária.

Com contrarrazões.

Juízo positivo de admissibilidade à fl. 934.

É o relatório. Passo a decidir.

De início, observa-se que o Tribunal de origem não teceu qualquer consideração acerca da possibilidade de revisão de ofício de lançamento tributário enquanto não extinto o prazo decadencial, o que impede o conhecimento do recurso especial quanto a este aspecto, ante a falta do necessário prequestionamento, atraindo, assim, o óbice da Súmula 282/STF.

Outrossim, para se chegar à conclusão pretendida pela parte recorrente, de que teria havido erro de fato no lançamento do IPTU, em razão da alteração da situação fática do imóvel, possibilitando a sua revisão de ofício e, consequentemente, o lançamento complementar, seria necessário revolver o quadro fático-probatório dos autos, o que esbarra no óbice da Súmula 7/STJ.

A propósito:

TRIBUTÁRIO. IPTU. POSSIBILIDADE DE LANÇAMENTO COMPLEMENTAR DENTRO DO PRAZO DECADENCIAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF. ALTERAÇÃO DA SITUAÇÃO DO IMÓVEL. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE. SÚMULA 7/STJ.

1. A matéria pertinente à possibilidade de lançamento complementar do IPTU dentro do prazo decadencial não foi apreciada pela instância judicante de origem, tampouco foram opostos embargos declaratórios para suprir eventual omissão. Portanto, ante a falta do necessário prequestionamento, incide o óbice da Súmula 282/STF.

2. Para se chegar à conclusão pretendida pela parte recorrente, de que teria havido erro de fato no lançamento do IPTU, em razão da alteração da situação fática do imóvel, possibilitando a sua revisão de ofício e, consequentemente, o lançamento complementar, seria necessário novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em recurso especial, a teor do óbice previsto na Súmula 7 do Superior Tribunal de Justiça.

3. Agravo regimental a que se nega provimento (AgRg no REsp 1.241.210/RS, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 12/6/2015).

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. MANDADO DE SEGURANÇA. IPTU. LANÇAMENTO COMPLEMENTAR. ACÓRDÃO QUE DEFINE PELA EXISTÊNCIA DE ERRO DE FATO E NÃO DE REVISÃO DO CRITÉRIO JURÍDICO DO LANÇAMENTO. EXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULA 7 DO STJ.

1. Trata-se originariamente de mandado de segurança em que se busca a anulação de cobrança de IPTU.

2. Entendimento deste Tribunal de que a mudança do lançamento tributário motivado por erro de direito é vedado pelo CTN. (Súmula 227/TFR).

3. Definiu o acórdão de origem, consubstanciado no conjunto fático-probatório dos autos, pela legalidade da revisão dos lançamentos de IPTU ao argumento de que não ocorreu alteração do critério jurídico do lançamento tributário, mas sim erro de fato no desdobramento das inscrições do imóvel objeto da lide, conforme decisão administrativa acostada ao processado.

4. A revisão do entendimento firmado pelo aresto de origem encontra óbice na Súmula n. 7 do STJ. No mesmo sentido: AgRg no REsp 685.772/MG, DJ de 17/10/2005, AgRg no AgRg no Ag. 1.136.182/SP, DJ de 10/12/2009.

5. Agravo regimental não provido (AgRg no Ag 1.261.087/RJ, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 2/2/2011).

Ante o exposto, **não conheço** do recuro especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF) 02 de abril de 2020.

Ministro Benedito Gonçalves

Relator